



**PARECER PRÉVIO Nº69/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 10136/2013.**

**Aposos:** Processo nº 10144/2012, 10241/2013, 10054/2013 e 10091/2012.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Anori

**4- Exercício:** 2013

**5- Responsáveis:** Sansuray Pereira Xavier, Prefeita Municipal.

**6- Unidade Técnica:** DICOP

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3702/2016-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Anori. Exercício de 2013.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**EMITE PARECER PRÉVIO** recomendando ao Poder Legislativo Municipal a aprovação com ressalvas das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Anori, referente ao exercício de 2013, sob a responsabilidade de SANSURAY PEREIRA XAVIER, nos termos do art. 219, incisos I e II da Resolução nº 04/2002, o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96, bem como o art. 31, §2º da Constituição Federal.

**10- Ata:** 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 29 de Novembro de 2016

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**12.1 - Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº69/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº69/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 69/2016 – TCE – Tribunal Pleno)**

**1- Processo TCE - AM nº 10136/2013.**

**Apensos:** Processo nº 10144/2012, 10241/2013, 10054/2013 e 10091/2012.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Anori

**4- Exercício:** 2013

**5- Responsáveis:** Sansuray Pereira Xavier, Prefeita Municipal

**6- Unidade Técnica:** DICOP

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3702/2016-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Anori. Exercício de 2013.

Regular com ressalvas. Multas. Determinações.

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1 -** Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Anori, exercício de 2012, que tem como responsável a Senhora Sansuray Pereira Xavier, nos termos dos arts. 22, II e 24, da Lei n. 2.423/96 e art. 188, § 1º, II, da Resolução 04/02-TCE/AM;

**9.2 - Aplicar Multa** a Senhora Sansuray Pereira Xavier, responsável pela Prefeitura Municipal de Anori, exercício de 2012, no valor de R\$ 2.192,06 (dois mil, cento e noventa e dois e seis centavos), com fulcro no art. 54, IV, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, I, “a”, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pelo não atendimento as solicitações realizadas por meio da Notificação nº 173/2015-DICOP (fls.2676/2678) e da Notificação nº 319/2014-DICOP (fls. 1939/1944), inviabilizando a análise fidedigna do Órgão Técnico, que devem ser recolhidos na esfera estadual para o órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);



**ACÓRDÃO Nº69/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 69/2016 – TCE – Tribunal Pleno)**

**9.3 - Aplicar Multa** a Senhora Sansuray Pereira Xavier, responsável pela Prefeitura Municipal de Anori, exercício de 2012, no valor de R\$ 4.468,41 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e um centavo), com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica), que devem ser recolhidos na esfera estadual para o órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02). Ressalta-se que a presente aplicação de multa ocorreu em vista das seguintes impropriedades:

- a) Alteração do instrumento convocatório com as retificações do objeto, sem comprovar nos autos que o mesmo foi efetivamente publicado, conforme determina o artigo 3º, *caput* e art. 21, §4º, da Lei n. 8.666/93;
- b) Inobservância da modalidade licitatória correta que seria a Concorrência e não a Tomada de Preço, violando o que estipulada o artigo 23, da Lei n. 8.666/93;
- c) Realização de contratação direta em valor que ultrapassou o limite permitido na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, deixando de observar o disposto no artigo 24, inciso II e ausência de comprovação da regularidade fiscal, relativo ao INSS, temos a disposição constante no art. 195, § 3º, da Constituição Federal;
- d) Divergências entre os valores constantes nas contas bancárias e os valores apresentados por meio de extratos bancários.

**9.4 - Determinar** a instauração da cobrança executiva contra a Sra. Sansuray Pereira Xavier caso não haja o recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

**9.5 - Determinar** à responsável à época, Sra. Sansuray Pereira Xavier e à atual administração da Prefeitura Municipal de Anori que:

- a) Observe de forma adequada o disposto no artigo 94 a 96, da Lei nº 4.320/64, que determina a necessidade do controle de materiais em estoque no almoxarifado e registro sintético dos mesmos, evitando a reincidência deste tipo de situação;
- b) Observe com cautela a alimentação dos Sistema ACP, atentando aos termos da Resolução n.º 7/2002 e da Resolução nº10/2012 – TCE/AM;
- c) Adote as condutas necessárias à implantação de órgão de representação judicial e consultoria da municipalidade, a fim de dar cumprimento ao artigo 132 da vigente Carta Magna, sempre observando a necessidade de realização de concurso público como requisito indispensável para provimento dos cargos;
- d) Adote as condutas necessárias para elaborar norma disciplinando a concessão de diárias e passagens e a apresentação da documentação comprobatória do deslocamento (com comprovantes dos meios de transportes) e dos serviços prestados



**ACÓRDÃO Nº69/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 69/2016 – TCE – Tribunal Pleno)**

por meio de Relatório de Viagem (se for o caso), a fim de embasar o correto procedimento de todas as Unidades daquele Município;

**9.6 - Oficiar** a Sec. da Receita Federal do Brasil (IR e INSS) para que tome ciência dos achados de auditoria em matéria tributária e adote as providências que entender necessárias acerca da ausência de encaminhamento completo das Guias de Informações à Previdência Social (GFIP), referente ao exercício de 2012;

**9.7 - Determinar** o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União - TCU de todos os documentos referentes às transferências dos recursos oriundos da União ao Município de Anori para análise precisa da aplicação das verbas federais no montante de R\$ 437.049,10 (quatrocentos e trinta e sete mil, quarenta e nove reais e dez centavos) em obras e serviços de engenharia com **Recurso Federal**.

**9.8 - Determinar** ao Departamento de Análise de Transferências Voluntárias – DEATV que acompanhe e observe com cautela a formalização dos processos referentes à aplicação do montante de R\$ 5.597.101,10 (cinco milhões, quinhentos e noventa e sete mil, cento e um reais e dez centavos) em obras e serviços de engenharia com recursos estaduais por meio de convênios com a SEDUC, SEINFRA e SDS para que opere seu devido julgamento pelas Câmaras desta Corte.

Vencidos: os Conselheiros Érico Xavier Desterro, que votou acompanhando o Ministério Público, e Júlio Assis Corrêa Pinheiro, que votou pela inaplicabilidade de multa pelo atraso do ACP.

**10- Ata:** 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 29 de Novembro de 2016

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**12.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 6

**ACÓRDÃO Nº69/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 69/2016 – TCE – Tribunal Pleno)**